

HISTÓRIAS QUE DEVERIAM SER CONTADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Alveni Barros Vieira (Professora- UFPI)
Maria Goreth de Sousa Varão (Professora-UFPI)
Antônia Agna Alves de Andrade (Aluna-UFPI)
Valéria Belo de Moura Silva (Aluna-UFPI)

Introdução

Eu vou contar uma história, que meu avô me dizia,
Do povo de antigamente, do jeito que ele fazia;
Alguns que sabiam ler tinham sua profecia,
E um Antigo Testamento, pra ler pra quem não sabia.

(...)

Por isso estou lhe dizendo o modo que fui criado
Já conto oitenta e dois anos, por isso sou respeitado;
Agora fico contente, vendo vocês a meu lado
Procurando sempre saberem as coisas do meu passado.

(BARBOSA, 1982)

As memórias de Chico Barbosa (1982) narradas em versos e prosas sintetizam profundamente, uma certa forma de fazer História Local. É a descrição dos usos e costumes de um povo, escrita por poetas e literatos que fazem da sua comunidade e de suas vivências passadas um precioso objeto de estudo. Mas do que trata a História Local? Qual sua importância no contexto de uma educação escolar para crianças e jovens?

Indubitavelmente, quando discutimos a relevância da História Local, para a socialização escolar de crianças e jovens matriculados nos primeiros anos do ensino fundamental, estamos falando, necessariamente, sobre a natureza de um repertório de conhecimentos pertinentes à comunidade onde a escola se encontra inserida. Trata-se, pois, de tentar reduzir a distância que teima em permanecer entre a cultura globalizante da escola moderna e a cultura tradicional local.

De acordo com Silva (1988, p. 383), a História Local, ao se distanciar das generalizações universais “[...] interpreta com fidelidade o sentir, o pensar e o viver de

um povo.” Todavia, como explica o autor, o conhecimento da História Local também é parte essencial para o reconhecimento da História Nacional de um povo. Não por acaso, as fontes necessárias para a feitura de uma História Local passa pelo universo dos documentos e textos escritos, direcionados para questões no âmbito nacional e até internacional, mas também, por fontes e textos escritos, falados, registros de vídeo e de som referentes a uma comunidade específica, a exemplo do material por nós utilizado na feitura deste artigo.

Picos do Piauí, uma cidade sertaneja cravada no semiárido nordestino

Conforme dados oficiais, a cidade de Picos situa-se no centro-sul do Piauí, Vale do Rio Guaribas, região do semiárido nordestino. Seu posicionamento geográfico privilegiado (cortada pela Rodovia Transamazônica - BR-316, BR-407, BR-230 e fica nas proximidades da BR-020), a existência de um significativo número de escolas de níveis variados, públicas e particulares e a tradição da feira livre diária lhes conferem a condição de principal centro comercial e educacional naquela parte do Piauí. . Economicamente, a cidade é apresentada como uma das maiores produtoras de mel de abelha do Brasil.

Foi no cenário histórico da Proclamação da República que as autoridades políticas da região conseguiram a elevação da Vila dos Picos à categoria de cidade, através da Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 1890. Trata-se de um período fortemente marcado por conflitos políticos tanto no contexto histórico nacional e piauiense como no contexto histórico da recém-criada cidade de Picos onde, dentre outras ocorrências, verifica-se o espancamento do juiz da comarca e a prisão do padre Benedito Portela Lima, supostamente contrários à República (REVISTA FOCO, 2002).

Por essa época, fins do século XIX, a municipalidade picoense possuía uma população de aproximadamente oito mil, oitocentos e vinte um (8.821) habitantes (REVISTA DOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES). A estrutura física da cidade contava com uma (1) casa da Câmara do Júri, um (1) pequeno mercado público, dez (10) lojas, seis (6) quitandas e uma (1) farmácia, além de mais de cem (100) casas de tijolos e cobertas com telhas, e outras tantas feitas com varas, recheadas com barro e cobertas com palhas (casas de pau-a-pique).

Sua municipalidade possuía uma área territorial de 4.756 km² e abarcava diversos povoados que, posteriormente se tornariam município autônomos a saber: Itainópolis (1954), Monsenhor Hipólito (1956), Francisco Santos (1960), Santo Antônio

de Lisboa (1963), Bocaina (1963), São José do Piauí (1963), São João da Canabrava (1988), Santana do Piauí (1992), Geminiano e Paquetá de Ducha (1994), Sussuapara (1995) e Aroeiras do Itaim (2005). Portanto, contar a história do município de Picos, nesse princípio de século XX, é relatar a história de muitos outros municípios.

Trinta anos depois de sua emancipação, a cidade de Picos seria descrita por Baptista (1920) ainda como uma comunidade com características predominantemente rurais embora já possuísse cerca de “[...] 300 casas de elegante aparência, formando ruas compridas e largos irregulares, oferece um aspecto agradável e confortante (p.141).” Morava no perímetro urbano da cidade uma população composta por quatro mil habitantes (4.000), enquanto cerca de vinte e cinco mil (25.000) pessoas habitavam na zona rural de sua municipalidade .

Em seus escritos, Baptista (1920) afirma que o município de Picos era um dos mais agrícolas do Estado com uma lavoura intensa e variada, ainda com significativa indústria pastoril. Sobre os costumes da população que ali habitava, explica o autor que “A sociedade [era] bem organizada, e muito religiosa, compõe-se de elemento genuinamente piauiense, apesar de outrora, ser uma das poucas cidades do Estado, onde havia imigração italiana (p.142).”

Assim como na década de 1920, nos decênios que se seguiriam (1930 e 1940), parecem permanecer ocupações e costumes similares naquele sertão do Piauí, ou seja, as ocupações reservadas à maioria das mulheres circunscreviam-se ao âmbito doméstico, enquanto os homens ocupavam-se com o trabalho na roça, no trato dos animais e nas atividades comerciais (em menor número). Para divertimento, havia as festas tradicionais geralmente vinculadas a datas religiosas ou de significação política. As fontes, tanto orais como escritas, indicam que, de alguma forma, trabalho e lazer parecem se entrelaçar nesse período.

Apreender as singularidades desse universo picoense, observar as atividades cotidianas de homens e mulheres que habitavam naquele espaço geográfico, nas primeiras décadas do período republicano é, pois, o objetivo da primeira etapa do projeto de pesquisa em desenvolvimento na UFPI-Picos (PI) que ora apresentamos. Para tal feito, lançamos mão do que escreveram alguns cronistas sobre a região que compunha a municipalidade de Picos (Pi) no período em estudo, como Silva Neto (1985) e Borges Leal (1989) como também dos depoimentos de pessoas que vivenciaram o período como Albano, Dantas, Moura, Moura Fé (2002) e Nunes (2001).

Os usos e costumes do sertanejo picoense: uma relação íntima com os ciclos da natureza

Através da leitura dos depoimentos orais e das crônicas escritas sobre a municipalidade de Picos, parece-nos possível afirmar que, viver no sertão picoense em princípios do século XX era viver em consonância com os ciclos da natureza. Pelos relatos analisados eram as estações do ano que conduziam as principais atividades de trabalho e de lazer realizadas naquela época e, por conseguinte, conduziam a vida cotidiana da comunidade picoense:

a) Estação Chuvosa (dezembro, janeiro, fevereiro e março)

Nesse período dobravam-se os cuidados com as vacas paridas e os bezerros, além de ser executado o cultivo dos cereais. Era uma estação comumente chamada de inverno, as chuvas aconteciam com maior frequência e ocorria um aumento da variedade de alimentos na mesa do sertanejo como: coalhada, queijo, nata, manteiga, milho, feijão, melancia, maxixe, umbu, cajá, seriguela e mel de abelhas, dentre outros. Feita a colheita dos cereais, estes eram guardados em grandes paióis de madeira. Nesse período, a exemplo reuniões festivas, aconteciam as comemorações do natal e a população aproveitava as missas para realizar casamentos e batizados. Nessa época, também, aconteciam apresentações culturais como as pastorinhas e os reisados.

b) Fim da Estação Chuvosa (abril e maio)

Com o fim das chuvas, ocorria o início dos preparativos para o plantio do alho e da cebola no leito do rio. Essa atividade iniciava-se com a raspagem do paul (folhas secas), que após ser misturado à areia e ao estrume de gado, era utilizado como adubo. Feito o arrasamento do leito do rio e cercada a área de plantio, iniciava-se a formação dos canteiros com paredes de areia e preenchidos com o adubo, em seguida era realizado o plantio. Nesse período, muitas famílias que moravam na sede do município se deslocavam para fazendas de amigos e parentes com a finalidade de passarem a Semana Santa que era realizada com muita reza, jejum e brincadeiras como a malhação do Judas.

c) A desmancha da Mandioca e a moagem da Cana (junho, julho e agosto)

Na desmancha da mandioca, predominava o trabalho artesanal onde cada grupo de homens e mulheres exerciam funções diferentes no processo de fabricação de goma e farinha. Ficava a cargo dos homens arrancar as raízes da mandioca e transportá-las em jacás pendurados no lombo dos burros e jumentos; eram, ainda, responsáveis pela trituração, prensa e torrefação da massa. Já às mulheres cabia a raspagem das raízes, a lavagem da massa triturada em pequenas redes de panos, suspensas com quatro fiadas de varas, além do cuidado com as gamelas de madeira onde o “leite” da mandioca deveria repousar e formar a goma.

Na moagem, a partir do beneficiamento da cana eram produzidos a garapa, a rapadura, o alfinim e o mel. O trabalho na moagem era realizado, principalmente, pelos indivíduos do sexo masculino que se responsabilizavam tanto pelo corte da cana, na roça como por sua prensagem em um engenho feito com peças de madeira e puxado por uma parrelha de bois. Cabia também aos homens o cozimento do caldo em tachos instalados em grandes fogões de lenha. As mulheres ficavam responsáveis pelas refeições dos trabalhadores e só encostavam no engenho para colher a garapa da cana a fim de beber e servir aos visitantes da moagem e “puxar” alfinim.

Geralmente as atividades da moagem iniciavam-se por volta das 19:00 horas, quando o tempo estava mais fresco, evitando, assim, um desgaste maior dos bois, além de evitar a formação de enxames de abelhas. Ocorriam, nesse período, os festejos de São João e São Pedro, quando fogueiras eram acesas em suas homenagens.

d) Período de Espera (setembro, outubro e novembro)

Essa etapa do ano era reservada para o remonte das cercas, bem como, a broca, o destocamento e encoivramento das terras. De certo modo, as atividades de trabalho na comunidade eram reduzidas e iniciava um longo e doloroso período de espera por uma boa estação de chuvas. Esse era o período comumente utilizado pelos fazendeiros para contratarem os serviços dos mestres-escola ambulantes para ensinarem seus filhos e filhas a ler, escrever e contar. Assim que começavam a cair as primeiras chuvas, homens e mulheres, meninos e meninas corriam aos roçados para plantar as sementes no solo e assim repetir o ciclo.

As fontes por nós analisadas nos permitem observar que, a maioria das atividades dos sertanejos picoenses era realizada numa mistura de trabalho e lazer. Quando o período era de colheita de milho e/ou feijão, as pessoas faziam uma espécie

de rodízio nas casas mais próximas no começo da noite e punham-se a debulhar as sementes enquanto colocavam o assunto em dia. A mesma situação se repetia enquanto trançavam o alho. Já a farinhada era um dos trabalhos que a população jovem de Picos realizava com maior animação, pois, além das histórias de assombração contadas no decorrer da noite, das comilanças de beiju de massa com manteiga da terra e café, aquele era um trabalho que permitia, segundo Borges Leal (1989), o início de alguns namoros, apesar do medo que a presença dos pais das moças impunham:

Embora atrapalhassem, mas não empatavam. As mensagens eram transmitidas, ora no olhar, ora através de código. A verdade é que, mesmo sem proferir nenhuma palavra estava ali o começo de uma paixão. O maior contato que havia era na hora de penerar a massa, pois naquele, com as mãos mergulhadas na massa, acontecia um apertinho de mão. E só... (LEAL, 1989, p.19).

Nesse cotidiano, estabelecido pelo mundo do indivíduo adulto, jovens e crianças participavam de todas as atividades. Fosse conduzindo os animais no transporte da mandioca e da cana, fosse tangendo os bois para o pasto, o certo é que a utilização da mão-de-obra infantil nos trabalhos da lavoura e da pecuária consistia numa prática comum na sociedade de então. E nesse convívio da criança com os adultos, as tradições eram transmitidas e perpetuadas numa continuidade sócio-cultural que fazia com que, desde cedo, aquelas amadurecessem para a vida sertaneja que a comunidade lhes apresentava, como nos relata Silva Neto (1985):

As meninas, bem pequenas ainda, se juntavam à mãe, nas tarefas domésticas e excepcionalmente, por ocasião do plantio e das colheitas, nos trabalhos da lavoura. Os meninos, como o pai se encaminhavam para a roça ou a vazante, após quebrarem o jejum com o beiju, preparado de véspera, e o leite, já que a generalização do uso do café só recentemente ocorreu. (SILVA NETO, 1985, p.66).

Até mesmo as brincadeiras das crianças refletiam o mundo e o comportamento das pessoas adultas com quem conviviam. Por essas razões, em seus momentos de lazer sempre existia a confecção de panelinhas de barro, de vaquinhas de ossos, das bruxinhas de pano, da pequena roça de milho, igual ao do avô. As brincadeiras de criança, a exemplo da “comidinha”, eram, na realidade, fragmentos das atividades do trabalho que compartilhavam com os adultos, como podemos observar nas memórias relatadas por Borges Leal (1989) acerca de sua infância:

Desta vez, me armei com um facão e um escopro e comecei a moldar peças de madeira. Em poucos dias estava com a miniatura de um

engenho. A notícia do novo invento se espalhou por todos os meninos da redondeza, pois foi mesmo motivo de grande atração. Engenho-de-pau, bois de ossos e meninos, formavam a festa mais bonita e mais alegre da minha infância. (LEAL, 1989, p.18).

Em entrevista realizada com Moura (2002), a depoente relata como se dava essa relação trabalho e brincadeira no mundo das crianças do município de Picos, na década de vinte, e explica que primeiro as meninas deviam fazer todo o serviço de casa. Tanto ela como as irmãs pisavam milho, botavam água nos potes e engomavam as roupas. Ressalva que, as únicas atividades que não lhes eram atribuídas era a labuta na roça e a lavagem de roupa. Só após a realização das tarefas, estabelecidas diariamente por sua mãe para ela e para os irmãos, é que recebiam permissão para brincar com as bonecas de pano recheadas de algodão, de comidinha e até mesmo brincar de vaqueiro com os meninos, pois “ [...] menino e menina brincavam juntos no terreiro com vaca de osso. Fazia curralinho com estacazinha de pau, aí botava os bois e as vacas de osso, tudo ali no terreiro da casa “ (MOURA, 2002, p.1).

Bois, vacas, moagem farinhada, plantio, colheita. A princípio, pode-se acreditar que esses elementos e as situações até aqui descritas eram característicos apenas das fazendas e povoações existentes na zona rural do município picoense, entretanto, como já foi explicado anteriormente, a sede do município, embora possuindo o título de cidade, mantinha suas feições de comunidade rural. Em depoimento acerca das atividades realizadas pelas mulheres picoenses, Moura (2002) afirma que, no período em questão, não existia diferença entre a labuta executada pelas moças da zona rural e aquelas realizadas pelas moças que moravam na cidade, e que existiam diferenças sim, mas era entre a rotina da moça pobre e da moça rica:

As moças da cidade faziam a mesma coisa que as do interior. O café era torrado e pisado em casa, o arroz era pisado em casa pois não existia arroz pilado, tudo era feito em casa. Já as moças ricas não faziam tudo isso, elas só bordavam (MOURA, 2002, p.8).

Essa diferença de atividades existentes entre as classes sociais também pode ser observada no tratamento dispensado aos jovens do sexo masculino. Enquanto nas famílias menos abastadas os meninos participavam das atividades dos adultos desde a mais tenra idade, os filhos de famílias ricas tinham a infância protegida pelo poderio econômico dos pais. Borges Leal (1989, p.25) ao lembrar quais eram suas obrigações como filho de pequenos produtores rurais do interior do município, diz que:

Buriti foi o nome dado a um jumento que me ajudava a fazer os mandados da família. Quando alguém gritava o meu nome, já o fazia incluindo o nome de Buriti. As missões seriam várias, ou seja: buscar uma carga de lenha, uma carga de manga, ir olhar as roças [...].

Quanto aos filhos de ricos fazendeiros, embora morassem no campo, a rotina de suas infâncias divergiam da rotina daquelas crianças que desde cedo tinham que trabalhar junto com a família pela sobrevivência. Silva Neto (1985), ao fazer um relato sobre a vida do Coronel Francisco Santos descreve como era a infância dos filhos de família rica:

Francisco de Sousa Santos teve sua infância no seio familiar sertanejo, onde com os pais e mestres convidados aprendeu a ler, a escrever, as operações fundamentais, noções de civilidade e instrução cristã (...) teve uma infância como tiveram todos os filhos de fazendeiros, os afazeres e os folguedos que propiciava a vida sedentária de filho de abastada família sertaneja (SILVA NETO, 1985, p.84).

Assim, o cotidiano de crianças e adolescentes no município de Picos, no período em questão, remete para as situações de lazer e trabalho descritas anteriormente. São cenas que revelam nuances do dia-a-dia da população picoense no início do período republicano, como uma sociedade rural.

Essa condição de “cidade rural” ainda iria perdurar, em Picos, durante algum tempo, sendo extinta aos poucos, na medida em que a população urbana foi-se densificando e outras atividades comerciais começaram a se destacar. Entretanto, tal condição ultrapassaria meados do século XX continuando a persistir, no município, um modelo de sociedade com características rurais, onde as personagens principais encontravam-se ainda representados pelo agricultor e pelo criador de gado.

Prado Junior (1999), ao abordar em estudos a organização social do Brasil contemporâneo, explicava que muitas situações características do campo eram transportadas para os centros urbanos pois,

A maior parte destes não é senão um apêndice rural, um puro reflexo do campo. Em torno da igreja paroquial e de um pequeno comércio, a venda e a loja eles se constituem. A quase totalidade de seus moradores será de lavradores que vivem dispersos na vizinhança, as vezes até mesmo muito afastados, e que os procuram só aos domingos e dias de festa. (PRADO JÚNIOR, 1999 p.292).

Percebe-se, portanto, como apontam os indícios, a existência, em Picos, de uma estrutura social e econômica em transformação onde a principal atividade econômica do

município deixa de ser a indústria pastoril que cedeu lugar à lavoura. A agricultura, então, passou a ser a principal ocupação da população de Picos. Nesse período, já existiam no município algumas usinas de beneficiamento de produtos, como: a maniçoba, algodão e arroz, mesmo assim, as atividades que tinham maior peso na economia do município eram aquelas desenvolvidas em torno da agropecuária.

Duarte (2002, p. 22) explica que até meados de 1950, em decorrência do fato de as regiões brasileiras continuarem sem meios de comunicação por vias internas, a economia brasileira desenvolvia-se de forma isolada, criando arquipélago de regiões. Essa situação fazia com que a indústria interiorana proliferasse consideravelmente até a década de cinquenta quando foi consolidado o processo de integração entre as regiões sudeste e nordeste que promoveu a desindustrialização do nordeste, transformando a região em importador de produtos manufaturados do sudeste. Restava, portanto, ao município de Picos, “voltar-se então, para a atividade que a sua localização estratégica lhe oferecia: o comércio”. Atividade que predomina até os dias atuais.

Considerações Finais

A História transmitida, no âmbito da escola, para jovens e crianças ainda se encontra fortemente marcada pela pauta dos grandes acontecimentos promovidos por um grupo restrito de homens e mulheres pertencentes à elite estadual ou nacional. O conjunto da população, os cidadãos comuns e a vida cotidiana ainda se encontram distantes das histórias que são contadas nas escolas. Lá o aluno continua aprendendo mais sobre outros povos e outras culturas do que sobre si e seu meio de convivência.

Diante dessa realidade, tomamos de empréstimo o questionamento feito por Fernandes (1995, p. 46): “Como levar a compreensão do aluno que ele é sujeito da História, se muitas vezes o conteúdo trabalhado não lhe diz respeito e está tão distante no tempo e no espaço?”

Certamente que, o estudo da História Local permitirá ao aluno conhecer com maior acuidade a comunidade em que habita, seu passado histórico, suas raízes culturais, os valores disseminado, a arte e os costumes. Consequentemente, possibilita uma melhor compreensão da sociedade em que vive, além de uma melhor preparação para o exercício de uma cidadania crítica e consciente.

Referências Bibliográficas

A) Livros , capítulos de livros e artigos

BAPTISTA, Bejamin de Moura. Teresina, 1920.

BARBOSA, Chico. Reminiscências. Teresina: Gráfica Mendes, 1982.

DUARTE, A reconstrução de uma cidade – plano de desenvolvimento para Picos. Teresina: Comp. Ed. Do Estado do Piauí, 2002.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a História Local. *Ensino em Re-vista*, 4(1), p.43-51, jan/dez. 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6. reimpr. da 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA NETO, Mariano da. O município de Francisco Santos – estudo e memória. Teresina: COMEPI, 1985.

SILVA, Antônio Ribeiro da. *História Local: objetivos, métodos e fontes*. Porto (Portugal): 1998. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer>. Acesso em 22.11.20021.

B) Entrevistas

ALBANO, Manoel da Silva. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em abril de 2002.

DANTAS, Antônio Leopoldino. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em fevereiro de 2002.

MOURA FÉ, Manoel dos Martírios. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em janeiro de 2002.

MOURA, Maria das Neves de Sousa. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em abril de 2002.

NUNES, Maria Gomes de Matos. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em dezembro de 2001.